

Um estudo comparativo de Atos 2,42-47; 4,32-35; 5,12-16

Fala-se, já faz algum tempo, de crise das utopias. Na verdade, não são só as utopias que estão em crise; faz parte do vocabulário cotidiano comentar a crise de valores, crise da família, da escola, das religiões, do estado e de outras muitas crises, culminando com a crise da própria identidade da pessoa como sujeito individual e social.

Definitivamente, temos o privilégio de ser protagonistas e de vivenciar uma consciência social generalizada de crise, e especificamente de crise das utopias.

Porém, e antes de começarmos a nos lamentar ou tentar nos consolar mutuamente por esta realidade histórica, é conveniente irmos à raiz do sentido da *crise*.

Etimologicamente, crise vem do verbo grego *krinô*, que tem vários significados possíveis, dentre os quais o mais comum é o de julgar. Crise, pois, é um momento de julgamento, de avaliação, de revisão. A crise supõe uma parada no devenir pessoal ou social para rever todas as certezas que alicerçavam nosso agir, e que por diversos motivos começam a não ser tão certas. É o tempo de parar para avaliar e construir novos elementos, com o objetivo de continuar caminhando. A tentação de toda crise é buscar modelos históricos de referência no passado para imitá-los, porque eles nos dão segurança.

Crise não deveria ser sinônimo de frustração, desesperança, comodismo ou conservadorismo. Ela representa um momento privilegiado de fecundidade criadora, um tempo de gestação; o que não quer dizer que esteja isento de inseguranças, medos, erros e decepções. É um momento no qual nos sentimos imersos, individual e coletivamente, na busca e construção de novos referenciais de vida, pessoa e sociedade.

Que a crise atinja as utopias sociais implica, especificamente, que estamos sem horizontes de esperança para os quais dirigir nosso pensar, sentir e agir. Quando falamos em crise das utopias, estamos partindo do pressuposto de que o atual modelo da modernidade neoliberal, assim como seu projeto futuro, não contempla plenamente o que nós entendemos como ideal de vida e sociedade. Pelo contrário, a cada dia novos elementos de destruturação social e humana se implementam decorrentes deste modelo.

É a partir desta postura crítica perante o atual modelo social construído pela modernidade e implementado pelo projeto liberal que nós queremos compreender a atual crise das utopias.

Nesta conjuntura histórica, a Palavra de Deus serve como luz e inspiração na procura de motivações, não de receitas, e referenciais a partir dos quais poderemos gestar e construir a nossa utopia.

Nesta crise das utopias, queremos voltar nosso olhar para o cotidiano das primeiras comunidades cristãs como lugar, também, de construção de utopia. Nosso objetivo é realizar, a partir de Atos dos Apóstolos, um estudo comparativo entre o retrato ideal de comunidade e os diversos conflitos que o próprio livro de Atos nos refere.

A CRISE DAS UTOPIAS NAS PRIMEIRAS COMUNIDADES CRISTÃS

Considerando a crítica literária de Atos, há consenso de que esta é uma obra composta de várias fontes literárias anteriores, que o autor redacional compilou segundo uma intenção prévia. Não é nosso objetivo realizar uma crítica literária das diversas perícopes, nós as recolhemos segundo a intenção redacional do autor final de Atos, porém consideramos cada uma delas como reflexo de uma realidade comunitária específica.

As primeiras comunidades cristãs iniciaram sua caminhada sob o forte impulso de uma grande utopia: *A volta imediata do Senhor Jesus*. Embora posteriormente tentou-se superar esta utopia, nós constatamos a presença dela através dos vestígios de diversos textos que fazem referência a ela de forma direta ou indireta.

Atos 1,6 nos conserva uma questão que, longe de ter sido superada na convivência com o Jesus histórico, continuava como grande interrogação no imaginário dos seguidores de Jesus:

“Senhor, é agora que irás restaurar a realeza de Israel?”

A resposta de Atos é semelhante à de Mt 24,36:

“Não compete a vós saber os tempos e os momentos que o Pai fixou com sua própria autoridade” (At 1,7).

Esta é uma resposta redacional dada, a partir da década dos anos 80, à interrogação sobre a volta do Senhor. Entre a morte de Jesus e esta resposta passaram várias décadas nas quais a maioria das primeiras comunidades alimentaram-se da utopia da volta imediata do Senhor.

A pergunta retoma a utopia do Reino, segundo o imaginário apocalíptico judaico. Um Reino histórico, instaurado por Deus, segundo as promessas feitas a Israel: *“A realeza de Israel”* (At 1,6).

Com a morte (suicídio?) de Judas o número simbólico de doze apóstolos, que representava o novo povo, estava incompleto. Escolher um sucessor para completar o número simbólico de doze foi uma das primeiras tarefas da incipiente comunidade cristã (At 1,15-26). Neste primeiro momento, a grande e apressada

preocupação por manter o número doze dos apóstolos estava associada à crença na volta imediata de Jesus. Considerava-se este número herdeiro das doze tribos, e por isso era essencial à constituição iminente do Reino.

Posteriormente, com a crise da utopia da volta imediata do Senhor, se estabeleceu uma disputa sobre o título de apóstolo. Os mais tradicionais do grupo de Tiago vão querer manter o título de apóstolo como significado de autoridade, e exclusivo dos doze. Outros, principalmente Paulo, Barnabé e as comunidades dos helenistas vão querer ampliar o sentido de apóstolo como um carisma (Rm 1,1).

O próprio Paulo, durante os primeiros anos, viveu convicto da volta imediata do Senhor. Assim o relata como ensinamento em 1Ts 1,4-18. Expressamente, no v. 17 diz:

“Em seguida nós, os vivos que estivermos lá, seremos arrebatados com eles (os mortos) nas nuvens para o encontro com o Senhor, nos ares.”

Também em 1Cor 15,51 explicita como doutrina certa, a utopia da volta imediata de Jesus:

“Eis que vos dou a conhecer um mistério: nem todos morreremos, mas todos seremos transformados...”

O próprio Paulo, numa fase posterior, reconhece o erro desta utopia (Fl 1,23; 2Cor 5,3).

A utopia da volta imediata de Jesus Cristo certamente criou um forte entusiasmo inicial nos seus seguidores. Alimentados com esta utopia, tinham uma maior motivação para expandir rapidamente a Boa Notícia. Este imediatismo utópico teve repercussão na vida pessoal e no cotidiano, até o ponto de que alguns decidiram não trabalhar mais, e viver nas costas da comunidade. Paulo teve que alertar contra este falso imediatismo utópico (2Ts 3,10-12)

A crise do imediatismo utópico supôs, também, em muitas pessoas, uma crise de fé e de esperança. Foi tão forte a crise desta utopia que, após a conclusão do 4º evangelho, um autor achou decisivo incluir o capítulo 21, no qual dá uma explicação para a morte do discípulo amado. Diz expressamente que:

“Divulgou-se, então, entre os irmãos a notícia de que aquele discípulo não morreria...” (Jo 21,23).

Muitas comunidades do discípulo amado, senão todas, participavam do utopismo imediatista da volta do Senhor; eis por que existia a crença de que a sua liderança principal não morreria.

Mas a realidade dos fatos questionou a visão imediatista de parusia que as primeiras comunidades tinham. Elas, por própria iniciativa, fundamentando-se num dado de fé, construíram uma utopia da parusia iminente, que os ajudava a viver com mais entusiasmo a fé.

O último redator do 4º evangelho precisou fundamentar que a convicção da crença de que o discípulo amado não morreria não pertencia a Jesus. Ela era uma falsa interpretação de algumas pessoas:

“Jesus porém não disse que não morreria, mas: ‘Se quero que ele permaneça até que eu venha, que te importa?’” (Jo 21,23).

A CONSTRUÇÃO DA UTOPIA A PARTIR DO COTIDIANO

A dimensão e as conseqüências da crise que aconteceu nas primeiras décadas de existência das comunidades cristãs, por causa do utopismo imediatista, nós, infelizmente, não temos condições de avaliar plenamente, por falta de fontes documentais. O que podemos constatar é a permanência firme da convicção da parusia do Senhor, que é um dado de fé, porém, com a necessária reelaboração do sentido da história e superação das formas simplistas de imaginar a parusia.

O próprio Apocalipse conclui com o grito de fé e esperança do:

“Maranatha: Vem, Senhor Jesus!” (Ap 22,20).

Porém o Apocalipse já reconstituiu a utopia do Reino numa perspectiva de história mais ampla e muito mais complexa.

O Apocalipse tentou reconstruir o sentido da utopia cristã, procurando a compreensão global da história e da criação. Colocando Cristo como *Alfa e Ômega* da história. A estrutura opressora do Império Romano, o dragão, não pode destruir nem a criança, Jesus e sua Boa Notícia, nem a mulher grávida, a comunidade.

Houve outra tentativa de reconstrução da utopia cristã, desta vez, a partir do cotidiano. As evidências desta utopia do cotidiano chegaram até nós através de três pequenos fragmentos conservados no livro dos Atos: 2,42-47; 4,32-35; 5,12-16, que nós vamos analisar com mais detalhe.

Nenhum dos três textos denomina com o termo *Ekklesia*, tradução grega do *Kahal* hebraico, o grupo dos seguidores de Jesus Nazareno. O novo grupo, que ainda não tem uma identidade definida, é denominado por termos genéricos como:

“todos” (2,43.44.45; 4,33; 5,12); “a multidão” (4,32); “eles” (2,42; 4,34).

Os três textos mencionam os apóstolos como único grupo organizado e com identidade (2,42.43; 4,33.34; 5,12). Tradicionalmente, interpretou-se este dado como uma intenção redacional do autor de Atos, com o objetivo de reforçar o sentido da autoridade dentro das comunidades. Porém, também cabe pensar na hipótese de que a menção dos apóstolos como grupo de referência para a identidade da comunidade pode perfeitamente corresponder à primeira etapa do surgimento da comunidade de Jerusalém. Nesta comunidade, o utopismo imediatista da volta do Senhor exigia a permanência do número simbólico dos doze, não tanto pela autoridade, mas pela força simbólica do número, que é herdeiro das doze tribos e símbolo do novo povo que vai ser construído.

A falta de um termo técnico nos textos para denominar o grupo, especificamente *Ekklesia*, é um indício de que estes, embora reelaborados redacionalmente, pertencem aos primeiros estágios de construção da identidade do novo grupo, que pretendia ser fiel à mensagem e pessoa de Jesus. Mas, como?

Convictos de que não adiantava ficar esperando passivamente pela volta imediata do Senhor, foi amadurecendo a idéia de que o grupo devia tentar

construir na sua vida pessoal e social um novo modelo de convivência, de relacionamento e de vida, diferenciado e alternativo ao projeto social escravista imposto pela Pax Romana. Começa-se a construir uma utopia de vida a partir do cotidiano. O número dos doze começou a ser relativo, assim como seu significado. Abriu-se a consciência para a necessidade de construir uma identidade coletiva mais ampla, que abrangesse o grupo todo.

Dos três textos, o mais incompleto tanto do ponto de vista redacional como do conteúdo é 5,12-16. Nele aparecem como características que identificam o novo grupo os:

“semeia kai térata” – “sinais e prodígios” –, feitos pelos apóstolos, e: *kai ésan homothymadòn hápantes* – “e estavam todos unidos” (5,12).

Os sinais e prodígios atribuídos exclusivamente aos apóstolos, identificados com o grupo dos doze, são um indício da ação de Jesus que tem continuidade nos seus seguidores. Os doze continuam sendo o ponto de referência para assinalar a presença visível do Reino, sinal das doze tribos e do novo povo. O outro aspecto que identifica o grupo, e o diferencia socialmente, é a sua unidade e sua unanimidade, porém agora fala-se de todo o grupo, não só dos doze. A união aqui relatada é genérica. A perícopes não especifica se esta união era a nível de idéias, de atitudes ou de bens. Sendo uma união genérica é também indefinida e não serve como modelo específico de utopia.

Na perícopes 4,32-35, os dois aspectos diferenciadores do grupo são mais desenvolvidos e especificados. Ela inicia identificando o grupo com a denominação de:

pléthous tôn pisteusánton – “multidão dos que criam” (4,32);

e não o faz pelo grupo dos apóstolos, como a perícopes anterior. O grupo dos doze, apóstolos, passa a um segundo plano. Os sinais e prodígios dos apóstolos, mencionados na perícopes anterior, são substituídos, nesta perícopes, pelo poder do testemunho com que anunciavam a Ressurreição do Senhor (4,33)

A união genérica, mencionada em 5,12, agora é muito mais concretizada. Inicia a perícopes afirmando que a multidão dos que criam:

“ên he kardía kai hê psychè mía” – “era um o coração e a alma” (4,32).

A união do grupo é identificada pela integração de sentimentos e de espírito. Uma unidade de vida que fazia do grupo um ideal de relacionamento, acolhida, aceitação, harmonia nas relações. Não havia divisão de classes ou de etnias. O grupo encarnava o ideal do amor proposto por Jesus. Este era o primeiro sinal que o identificava como seguidor de Jesus e o diferenciava do sistema escravista.

O texto explicita que o significado da união não ficava reduzido a uma união sentimental e afetiva, por isso introduz um elemento profundamente novo e, com toda radicalidade da afirmação, se pode dizer que revolucionário:

kai oudè eîs ti tôn hyparchónton autô élegen ídion eínai all’ên autoîs hápanta koiná – “e ninguém dizia que coisa alguma do que possuía era sua própria, mas todas as coisas lhes eram comuns” (4,32).

A união genérica de 5,12 é vivenciada como uma proposta e como um projeto de vida pessoal e social de partilha radical dos bens. Se a lógica do sistema escravista é o lucro individual, a lógica dos seguidores de Jesus é a solidariedade comunitária. Se o projeto do sistema escravista é a máxima acumulação de bens, o projeto da Boa Notícia é a construção de um espaço comunitário onde se busca o ideal da justiça

A perícopes indica as conseqüências concretas deste projeto de vida comunitária, que desenvolve a união genérica de 5,12. 4,34 diz que:

oudè gàr endeés tis ên en autoîs – “Não havia pois entre eles necessitado algum”.

As conseqüências sociais do sistema escravista eram a escravidão e exclusão de grandes maiorias do povo. As conseqüências do projeto da Boa Notícia de Jesus são a integração comunitária e social de todas as pessoas, não permitindo que existam necessitados no grupo.

Na lógica do sistema escravista, o escravo é uma fatalidade que tem que ser aceita para que o sistema funcione, os excluídos são uma necessidade inerente ao sistema que não pode ser evitada. Como, no sistema neoliberal, as grandes maiorias de excluídos fazem parte de uma lógica econômica programada para que o sistema funcione. As massas de excluídos são um mal menor, segundo a lógica neoliberal.

Na lógica do projeto construído pelo grupo dos seguidores de Jesus, a integração das pessoas no seio da comunidade, reconhecendo sua dignidade, é essencial ao próprio grupo. Conclui a perícopes indicando qual é o caminho prático para atingir este projeto utópico:

diedídeto dè hekásto kathóti án tis chreian eîchen – “repartia-se por cada um, segundo a necessidade que cada um tinha” (4,35).

É a distribuição comunitária da riqueza que gera a justiça, a igualdade e a dignidade das pessoas. Este é o projeto e a utopia a ser construída pelos seguidores de Jesus, como sinal concreto do Reino e da presença de Jesus no meio do grupo.

O terceiro texto, perícopes 2,42-47, retrabalhou de forma mais elaborada este projeto do grupo. Nesta terceira redação, o v. 42 é versículo introdutório e síntese ao mesmo tempo. Nele aparecem explícitos os quatro elementos fundamentais da utopia do grupo:

ésan dè proskarteroûntes tê didachê tôn apostólon kai tê koinonía kai tê klásei toû ártou kai taîs proseucháis – “perseveravam na doutrina dos apóstolos, e na comunhão, e no partir do pão e nas orações”.

Como as outras, esta terceira perícopes confirma o papel fundamental dos doze, só que agora é explicitado no termo técnico: *didachê*, correspondente à função de ensino e transmissão da Boa Notícia. Este termo será usado durante os dois primeiros séculos para denominar o conteúdo essencial da fé que devia ser transmitido e aceito nas comunidades. É o fundamento da fé que dá identidade aos seguidores de Jesus. Posteriormente será substituído pelo Creio. A *didachê* se

opõe à ideologia manipuladora e domesticadora do império. A fidelidade à *didachê* levará os cristãos a não aceitar o imperador como “deus”, nem pagar seu imposto, e conseqüentemente a sofrer a perseguição política.

A partilha, tanto de bens como de vida, é denominada nesta perícopes com outro termo técnico, que será sinônimo do ideal de vida dos cristãos: *tê koinonía*. A koinonía é sinônimo de comunhão de vida e de bens. Este é outro dos elementos fundamentais da nova utopia construída pelas comunidades. Ele se opõe à exploração do escravagismo e do mercantilismo, que só vê nas pessoas meios de obter lucro econômico. A pessoa, pelo sistema econômico, é vista como um meio e não como um fim. Na utopia das primeiras comunidades, a pessoa é o objetivo que dá sentido à comunidade, e conseqüentemente à sociedade. Ela não pode ser instrumentalizada em função de outros objetivos, sejam eles econômicos ou políticos. A sociedade tem que ser construída a partir da categoria da *koinonía*.

O termo *tê klásei tou ártou* (a fração do pão) é uma denominação técnica, também, para mencionar a eucaristia ou a celebração do memorial da ceia do Senhor, que nas perícopes anteriores, mais primitivas, não aparece. A fração do pão junto com *tais proseuchais* – as orações – são a fonte de motivação e sustentação da nova utopia. Estes dois elementos, a fração do pão e as orações, são parte essencial da utopia das primeiras comunidades, porém, e ao mesmo tempo, eles são a fonte de sustentação da mística utópica.

Após o enunciado dos quatro elementos essenciais à utopia realizado no v. 42, a perícopes vai desenvolver o significado de cada um desses elementos nos v. 43-46.

O v. 43 desenvolve o significado do primeiro elemento da utopia: a *didachê*. Como na prática de Jesus, a *didachê* é complementada com *térata kai semeia* – prodígios e sinais. Não especifica quais são esses prodígios e sinais, essa indefinição é proposital estabelecendo uma relação simbólica entre o projeto das primeiras comunidades e a prática de Jesus. A Palavra e a ação constroem o sentido da Boa Notícia. Esta coerência gera na comunidade o *fóbos* – “temor” –, não no sentido de medo, mas segundo a teologia do *temor Elohistas*: A aceitação da vontade de Deus e identificação pessoal com Ele gera nas pessoas um novo espírito de confiança.

Os v. 44-45 desenvolvem o sentido do segundo elemento da utopia: *tê koinonía*. A koinonía tem duas dimensões: Koinonía de vida e de bens. Estes versículos retomam os elementos enunciados em 4,32-34.

O v. 46 explicita os dois últimos elementos do projeto utópico:

tê klásei tou ártou kai tais proseuchais – “a fração do pão e as orações”.

As orações se identificam ainda com a espiritualidade judaica e suas práticas de oração, fortemente associadas ao templo. A fração do Pão vai sair do espaço religioso oficial para entrar no coração da vida do povo: as casas. As casas são o novo lugar social a partir do qual é vivenciada de forma mais intensa a celebração da Ceia do Senhor. É no coração da vida do povo, nas casas, que a nova comunidade se constrói como diferente de todas as religiões oficiais até esse momento existentes. A casa é lugar onde a mulher, as crianças, os doentes não são excluídos. Não é uma casa só, todas as casas são espaço de acolhida e celebração. Por isso nas casas vivia-se: a *alegria e simplicidade de coração* (v. 46b).

Conclui a perícopes com um sentido de louvor, num horizonte de esperança. O louvor a Deus, a alegria, é uma conseqüência direta deste projeto de vida e sociedade elaborado nas primeiras comunidades. As pessoas se sentem felizes e realizadas. O termo usado por Atos para especificar o resultado desta utopia é: *agalliásei* – “alegria” (v. 46). O sentido pleno do verbo *agalliao* é o de estar radiante de gozo, cheio de alegria. É a alegria na sua plenitude. É a felicidade tão procurada e tão destruída pelos diversos sistemas sociais baseados na exploração das classes e na exclusão das maiorias. Essa alegria é fruto concreto da partilha:

metelámbanon trophês en agalliásei – “comiam juntos com alegria” (v. 46).

Este é o projeto de vida e sociedade a ser vivido e construído pelos seguidores de Jesus nas diversas conjunturas históricas.

AS CONTRADIÇÕES ENTRE A UTOPIA E A REALIDADE COTIDIANA DOS CONFLITOS

As três perícopes analisadas anteriormente representam a utopia das primeiras comunidades cristãs. Enquanto utopia, elas são um ideal a ser atingido. Elas não representam uma fotografia ou radiografia da realidade existente das comunidades. Isso não quer dizer que não houvesse uma prática concreta e cotidiana das comunidades, que servia de base para a construção dessa utopia. Temos exemplos concretos de como se vivia esse ideal. O caso de Barnabé vendendo um campo e partilhando com a comunidade (4,36-37); a opção da comunidade de assumir o cuidado das viúvas, excluídas pela sua condição de mulher sem autonomia social (6,1-7).

Embora exista uma prática cotidiana nas comunidades que tenta viver a utopia proposta, a realidade também indica que essa utopia estava longe de ser vivida em plenitude. Até porque a própria concepção de utopia é dinâmica. É possível num determinado momento ter atingido níveis muito ideais de convivência igualitária numa comunidade ou sociedade e depois, por diversos motivos, regredir a modelos de dominação ou exploração social. Isso não invalida nem diminui o sentido da utopia construída, pelo contrário, é o que dá sentido a sua existência. A utopia é construída como referencial simbólico do imaginário social, com o objetivo de estabelecer um horizonte definido de para onde queremos caminhar. O como, a metodologia, as estratégias, as circunstâncias conjunturais e estruturais devem ser definidas pelas pessoas de cada momento e conjuntura histórica.

As primeiras comunidades cristãs construíram o imaginário simbólico da sua utopia conscientes de que ela não refletia a totalidade da prática das comunidades, pelo contrário, existiam muitas contradições a serem superadas e autocriticadas. Mas isso mesmo fazia mais urgente definir qual é o projeto utópico de comunidade e sociedade que surge do anúncio da Boa Notícia de Jesus.

A consciência das contradições entre o ideal da utopia e a prática de muitas pessoas e comunidades é indicada no próprio livro de Atos. No cap. 5,1-11, após apresentação da utopia na segunda perícopes, e do testemunho positivo de Barnabé, Atos nos narra a tentativa de fraude e corrupção vivida por um casal, Ananias

e Safira. A perícópe conclui que este tipo de pessoas estão mortas para o projeto utópico. Não se pode pretender viver a utopia do Reino e colocar o interesse próprio, que é a lógica do neoliberalismo, em primeiro lugar.

No cap. 6,1-8, surge um conflito interno na comunidade, fruto da discriminação das viúvas helenistas, estrangeiras. É certo que imediatamente a comunidade toma como referência o ideal utópico e, de acordo com ele, decide descentralizar o poder dos apóstolos, distribuir responsabilidades e autonomia aos cristãos helenistas, procurando a justiça e igualdade dentro da comunidade.

O conflito do poder é talvez o mais forte dentro das comunidades. Não em vão, é a tentação maior que Jesus teve que rejeitar. Atos 15 recolhe a controvérsia entre as comunidades de tendência helenista e as de tendência judaizante. Inclusive, existe a hipótese de que um dos eixos redacionais de Atos seja conciliar este gravíssimo conflito interno, que ameaçava dividir as comunidades. Atos 15 seria a dobradiça redacional que pretende administrar este conflito, dando uma resposta conciliatória ao mesmo, embora com contradições. De fato, o conflito de poder entre os que se consideravam detentores da autoridade central, o grupo de Tiago na comunidade de Jerusalém, e as comunidades de tendência helenista, que pretendiam autonomia para definir sua forma de viver o Evangelho, perpetua-se durante anos, séculos, talvez podemos dizer que até hoje.

Em resumo, podemos dizer que a construção da utopia das primeiras comunidades cristãs não pretende ser um falso idealismo da realidade concreta delas. O simbolismo utópico tem como objetivo propor um desafio a ser construído de forma dinâmica em cada momento social histórico, para todos os que acreditam na Boa Notícia de Jesus. A construção do Reino passa pela construção da utopia histórica. Ela não esgota o sentido do Reino, porém este não existe sem a construção histórica. Este é o sentido autêntico da utopia das primeiras comunidades. Não é uma fotografia mas um horizonte. Não é uma receita mas um desafio. Não é uma meta mas um caminho. Ela é construída no esforço cotidiano de cada mulher e homem, e na esperança da semente que germina além das nossas vontades individuais e coletivas.

Castor Bartolomé Ruiz
Rua Rui Barbosa, 1311
Bairro Fátima
92200-750 Canoas – RS.